

IMPrensa E IMAGENS: A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DO PIAUÍ E DE TERESINA ATRAVÉS DE JORNAIS DIÁRIOS NA DÉCADA DE 1970.

Francisco Alcides do Nascimento *

RESUMO: A década de 1970 marca a história do Piauí de formas diversas, mas este artigo narra e destaca o papel da imprensa de um modo geral e da imprensa escrita em particular, na construção da imagem de um Piauí progressista, e de Teresina como novo centro turístico do Brasil. Alberto Tavares Silva, governador do Piauí(1971-75) soube como poucos atrair para a esfera de poder jornais e jornalistas, visando construir uma imagem diferente daquela de um Piauí pobre, esquecido e acima de tudo, dirigido por oligarquias conservadoras e corruptas. Governador e aliados visavam tirar o Piauí e sua capital, Teresina, do anedotário nacional. Na construção desta narrativa histórica foram empregados os principais jornais escritos que circulavam na capital do Piauí, bem como entrevistas que os pesquisadores lançaram mão da metodologia da História Oral.

PALAVRAS-CHAVE: História, cidade e imprensa.

ABSTRACT: The 1970s mark the history of Piaui in several forms, but this paper tells and highlights the role of press in general, and printing press in particular on the construction of the image of a progressive Piaui and also Teresina as a new tourist center of Brazil. Alberto Tavares Silva, Piaui Governor (1971-1975) was the one who knew how to attract newspapers and journalists to the sphere of power attempting to build a different image of Piaui, which was an image of poverty jointly with an image of a forgotten place, and above all, ruled by conservative and corrupted oligarchies. The Governor and his allies aimed at removing the Piaui and its capital, Teresina, from the national collection of jokes. To construct this historic narrative the main printing journals that circulate in the capital of Piaui were used, as well as interviews that the researchers used in the Oral History methodology.

KEYWORDS: History, city and press

Este artigo reflete sobre um determinado período da sociedade piauiense e brasileira, tendo seu começo na década de 1950, quando os brasileiros viveram um momento de redemocratização política, iniciado com o fim do Estado Novo. Neste lapso de tempo, entram

* Universidade Federal do Piauí. E-mail: falcide@uol.com.br

em cena, com maior desenvoltura, novos atores sociais, os trabalhadores rurais, com movimento das ligas camponesas, com o aumento do número de sindicatos rurais, além da presença da Igreja na organização destes. Os trabalhadores urbanos, organizados em centrais sindicais e partidos políticos passaram a ser vistos como um grupamento social capaz de comandar o processo revolucionário da sociedade brasileira. Do ponto de vista cultural este período foi chamado por alguns de “anos dourados”. O outro ponto do recorte temporal é a primeira metade da década de 1970, quando os brasileiros experimentaram os chamados “anos de chumbo” do ponto de vista político, mas também uma parcela deles foi estimulada a consumir mais, a economia cresceu de forma espetacular e, por esta razão, os economistas o chamaram de “milagre brasileiro”.

O eixo do artigo é o papel da imprensa escrita no Piauí e em Teresina, na construção da imagem de Estado pobre, com uma capital acanhada e sem infra-estrutura básica nas décadas de 1950 e 1960, mas que no início da década seguinte tanto o Estado quanto Teresina são narrados de forma diversa nos jornais que circulavam na cidade, mas que chegavam à sede dos principais municípios do Estado. A questão central que orienta esta narrativa é: de que forma os jornais escritos atuaram na construção da imagem de um Piauí pobre e desassistido, e depois de pouco mais de uma década, este Piauí sua capital são vistos caminhando a passos largos para o desenvolvimento econômico e social. Esta mesma questão pode ser desdobrada em outra: quais interesses defendiam tais jornais na construção desta nova imagem do Piauí e de Teresina.

Os documentos, sua produção e preservação, não são neutros, lembrar isto parece lugar comum. As fontes que darão suporte à escrita deste texto são os jornais, que, diga-se de passagem, foram empregados por mim no último quarto de século, mas deve-se dizer também que até a década de 1970, era ainda reduzido o número de trabalhos que utilizava o jornal como suporte de pesquisa. O jornal ainda não tinha sido alçado à condição de fonte que merecesse a confiança dos historiadores “[...] pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registro fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido dele, forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”.(LUCA, 2006, p.112).

As entrevistas construídas tendo como suporte a metodologia da História Oral foram de grande valia. Elas permitiram que outras versões fossem construídas, outros sentimentos aflorassem, olhares diferentes fossem percebidos, sem esquecer que estas fontes têm como suporte a memória e o “passado é construído segundo as necessidades do presente.”

(FERREIRA, 2002). As entrevistas orais podem ser vistas como memórias e espelham determinadas representações. As possíveis distorções registradas e a falta de veracidade a elas atribuídas podem ser encaradas de formas diferentes, “[...] não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa”.(FERREIRA, 2002, p. 324).

Sônia Maria de Meneses Silva defende que “nenhum registro foi pensado para ser uma fonte histórica; o que o transforma em tal é o trabalho que o historiador exerce sobre ele, submetendo-o a um processo de investigação que colocará necessariamente em evidência problemas e elementos teóricos” (SILVA, 2008). Maria do Pilar, por sua vez, propõe que pensemos a história como

[...] experiência humana entendida sempre como experiência de classe que é de luta e valorizar a natureza política dessa luta, significa considerar que a história real é construída por homens reais, vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social, daí resultando processos de dominação e resistência. (VIEIRA, 2002, p. 17)

Caso Pilar tenha razão e comungo com ela, não há como pensar os sinais, os fios, os rastros fora do campo da experiência humana, os autores tiveram intenções, sejam elas quais tenham sido; intencionais ou não. Foi Marc Bloch que propôs, no final da década de 1920, que deveríamos pensar a história como a atuação do homem no tempo.

Cabe aos estudiosos da história identificar, situar e interpretar a natureza desses materiais e proceder a uma análise crítica que possibilite verificar que elementos corporificam e dão identidade ao documento e que aspectos podem contextualizar o próprio documento e revelar outros traços, outros significados que o documento negligenciou, ou mesmo quis silenciar (MARCELINO, 1989, p. 87).

No início da década de 1950 a população do Piauí ultrapassa a um milhão de habitantes, de acordo com o senso demográfico daquele ano. Desse total 84 % viviam na zona rural, portanto os outros 16% moravam nas cidades. “Teresina, então com 90.723 habitantes, representava menos de 9 % da população total do Estado. De cada quatro piauienses de 10 anos e mais de idade, três eram analfabetos” (MENDES, 2003, p. 175). A receita resultante da arrecadação total realizada pelo Estado que, em 1940, “superava a dos Estados do Amazonas, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Goiás, já 1950 situava-se em último lugar “[...] o Piauí entregou-se à própria sorte, ocupando-se apenas com os problemas políticos locais e esquecendo de olhar o que acontecia em sua volta”.(MENDES, 2003, p. 181).

Saliente-se que em 1952, a capital do Estado do Piauí completou o seu primeiro centenário. A imprensa escrita teve papel relevante na cobertura deste evento, destacando as festividades planejadas, bem como as que ainda estavam sendo articuladas, realçou as disputas político-ideológicas que permearam a organização do evento e denunciou de forma intensa a carência de serviços básicos na cidade, tais como água potável, energia elétrica, esgoto sanitário, ruas calçadas. Alguns sinais desses problemas situavam-se no centro da cidade e seria, pelo menos para alguns formadores de opinião que atuavam nos jornais, vergonhoso a cidade aparecer para os seus convidados suja e maltratada.

Os jornais que circulavam na capital naquela ocasião estavam vinculados a agrupamentos partidários, e esse fato permitiu capturar as divergências entre os segmentos sociais “visíveis” da sociedade teresinense. Os adversários políticos usaram os seus jornais para anunciar desejos e sonhos com o Centenário, mas também as falhas que avaliavam ter encontrado na organização e realização do evento. Jornalistas se aventuraram pelos caminhos da história e publicaram na forma de folhetim a história de Teresina.

No início da década de 1960, o discurso constituído pela elite intelectual e política do Piauí tinha como foco central a pobreza desta unidade da federação. O governador Francisco das Chagas Rodrigues (1959-1963)¹, lembrava que sua prioridade ao assumir o governo foi a de lutar tenazmente, em todas as frentes, contra o atraso, o pauperismo e a miséria, ou seja, contra o secular subdesenvolvimento piauiense”. Chagas Rodrigues antes de chegar ao mais alto posto do Executivo do Piauí morou em São Paulo onde formou-se em Direito, em 1945. Procurador concursado do Ministério da Fazenda, passa a residir no Rio de Janeiro e se torna também advogado do SESI (Serviço Social da Indústria). Com o apoio do sogro e defendendo claramente interesses industrializantes, foi eleito deputado federal pela UDN em 1950, mas transferiu-se para o PTB em 1954, quando foi reeleito, mantendo o mandato. Viveu por dentro a crise que culminou com o suicídio de Getulio Vargas. Esses traços de vivência do governador indicam que ele acompanhou de perto a discussão ideológica que atravessou toda a década de 1950, entre os nacionalistas e aqueles que defendiam o desenvolvimento econômico apoiado no capital estrangeiro:

A crescente penetração do capital internacional após meados da década de 50 configurou uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado. Pelo final daquela época, o Brasil vivia um processo de desenvolvimento caracterizado por situação de dependência baseada num ‘tripé econômico’ que seria reforçado após o golpe de 31 de março de 1964. (ALVES, 1985, p. 19)

Mas o discurso encontrado nos periódicos publicados, muito especialmente em Teresina, indica que os lampejos de desenvolvimento econômico que atingiam outras regiões do país não chegavam ao Piauí. Francisco Ferreira de Castro em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* sobre as eleições de 1958 no Piauí tem a mesma opinião, pois aponta que a “[...] organização econômica e social que [se] apresenta num estágio de pouco desenvolvimento, mesmo comparada com outras regiões menos protegidas do Brasil” (CASTRO, 1960). Mas este mesmo autor defende que “[...] não constituímos área de resistência à eclosão de idéias desenvolvimentistas dentro do quadro geral da Federação” (CASTRO, 1960, p. 21). O articulista parece apontar o foco para as diversas manifestações do governador e seus aliados sobre o desenvolvimento.

No início do ano de 1963, em matéria publicada em jornal da capital, Chagas Rodrigues repetia que o principal problema a ser combatido no Piauí era a pobreza que o assolava. O governador como já se destacou, pretendeu durante o seu mandato ser o condutor do processo de desenvolvimento que deveria tirar o Piauí da condição de o estado mais pobre da federação:

Nosso inimigo principal é o atraso do Piauí, é o pauperismo do povo piauiense, pelo que estendia sua mão a todos os piauienses de boa vontade para uma luta comum em favor de nossas populações, especialmente, dos mais necessitados.²

Há certo messianismo no texto publicado pelo *Jornal Estado do Piauí*, periódico que pertencia a integrantes filiados ao Partido União Democrática Nacional que, em aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro, havia elegido o governador. Pelo menos ao nível do discurso, Chagas Rodrigues pretendeu, logo após o pleito, agrupar todas as tendências políticas do Estado, formando uma força única para promover a saída do Piauí da condição de subdesenvolvido. Esta condição, na opinião de Francisco Ferreira de Castro, era o resultado de um conjunto de variáveis “[...] é antes consequência do total desaparecimento de sua estrutura econômica e da mentalidade cartorial dominante do regime semi-feudal que perdurou no Estado” (CASTRO, 1960, p. 24).

Por mentalidade cartorial pode-se entender a forma como os grandes proprietários de terras, onde floresciam os babaçuais e carnaubais e a criação de gado, se assenhoreavam de lugares de poder no governo, muito especialmente na capital, “centro das suas aspirações de segurança e estabilidade, asseguradas por uma economia rotineira e patriarcal” (CASTRO, 1960, p. 25-26).

Chagas Rodrigues chamava todos os piauienses para cerrarem fileira ao seu lado, visando o desenvolvimento do Piauí, mas sabia de antemão que o grupamento mais

conservador da sociedade piauiense, estabilizado na sua “organização econômica e social, controlava também o poder político, de cuja estrutura, no Piauí, o PSD é o grande beneficiário, desde os tempos ditatoriais” (CASTRO, 1960, p. 25). Mesmo ganhando a eleição para governador, a maioria da Câmara dos Deputados foi constituída por representantes da coligação liderada pelo PSD, que contava com o PSP, PR, PL e PRP.

Tomado pelo discurso desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e por iniciativas como a do surgimento da SUDENE, criada e organizada visando diminuir as diferenças regionais, logo sob os auspícios mais otimistas, o governador dizia que sua luta era contra o subdesenvolvimento que grassava o Piauí desde a crise do extrativismo vegetal.

Algumas iniciativas haviam sido tomadas pelo governador que antecedeu a Francisco das Chagas Rodrigues. Na opinião do economista Felipe Mendes, a reação do Piauí “começou em 1956, *com dez anos de atraso* em comparação com os estados do Nordeste oriental” (MENDES, 2003, p. 175, grifo do autor). O governador Gayoso e Almendra iniciou uma tentativa de modernização da máquina administrativa, especialmente na área das finanças e, espelhando-se no Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República, instituído em 1956 por Juscelino Kubitschek, criou naquele mesmo ano a Comissão de Desenvolvimento do Estado (MENDES, 2003, p. 187) que tinha por objetivo pensar o desenvolvimento econômico do Piauí a médio e longo prazos.

Foram criadas algumas empresas de economia mista, merecendo destaque: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957; Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959; Agroindústria do Piauí S/A (AGRIPISA) em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA) 1960; Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), 1962; Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), 1958; que resultou da aquisição do controle acionário do Banco Comercial e Agrícola do Piauí S/A.

Outras ações são empreendidas no sentido de colocar o Piauí no caminho do desenvolvimento, segundo a visão dos atores sociais que atuavam em Teresina. É desse mesmo período a criação da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), em 1954. Em meados da década seguinte foi instituída a Associação Industrial do Piauí (AIP); em 1965 é instalada uma empresa chamada de Fomento Industrial do Piauí (FOMINPI), a qual, algum tempo depois, passaria a se chamar de Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí (CODIPI). A sociedade vê-se, assim, imbuída da necessidade de implantar ferramentas que pudessem ajudar na construção de um novo Piauí, modificando-se a infra-estrutura básica do Estado na área da energia elétrica, abastecimento de água e transportes.

Entre 1955 e 1957 foram realizados os estudos hidrológicos no rio Parnaíba, visando o aproveitamento das potencialidades desta via sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. No final do período mencionado há pouco, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) “criou uma comissão técnica para estudar a possibilidade de construção de barragens, muito especialmente no local onde mais tarde seria construída a Boa Esperança” (MENDES, 2003, p. 193). O engenheiro Cássio Borges que fazia parte do quadro de técnicos do DNOCS, denuncia que Chagas Rodrigues angariou apoios para a construção da Barragem de Boa Esperança. Em texto publicado na primeira metade da década de 1980, Cássio Borges destaca:

[...] tivemos uma grande motivação profissional quando, juntamente com outros técnicos do DNOCS, em visita ao governador do Estado do Piauí, salvo engano no ano de 1961, no Palácio de Karnak, em dado momento da conversa, o governador se pôs de pé e com o braço direito estendido, apontando para o crucifixo na parede e olhando para os visitantes, disse emocionado: ‘construam essa barragem; ela será a salvação do Piauí’. (DANTAS, 2001, p. 65)

As obras foram iniciadas no governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira. Foram paralisadas por determinação de Jânio Quadros, mas posteriormente em virtude de solicitação do governador, autorizou a abertura de nova concorrência para dar continuidade à obra. No governo de João Goulart a obra foi continuada, portanto não procede a manifestação do coronel Cesar Cals de que a construção da Barragem de Boa Esperança foi iniciada em agosto de 1964. “[...] a Usina de Hidroelétrica já em maio do ano seguinte vencia sua primeira e importante etapa com o desvio do Rio Parnaíba que saía do seu leito original para correr num canal escavado a fim de possibilitar o começo das obras da sua barreira principal” (CAL, *apud* DANTAS, 2001, p. 66). A obra foi inaugurada em abril de 1970.

A capital do Piauí não possuía um aeroporto. Na interventoria de Landri Sales (1931-1935) foi construído um campo de pouso. Durante o período do Estado Novo, Teresina recebia hidroaviões que aguaplanavam no rio Parnaíba. Entretanto, na década de 1950, cronistas retrataram o campo de pouso de Teresina como o fez Jesualdo Cavalcante, num texto de memórias:

[...] Desembarcamos no acanhado campo de aviação de Teresina. Ao alcançar a escada do avião, o impacto daquela lufada de vapor a quase 40° C, [...] A pista apenas encascalhada, cobria de poeira a velha estação de passageiro do final da Avenida Santos Dumont (a pista, posteriormente ampliada e asfaltada, seria inaugurada em 20 de janeiro de 1962, tendo ao lado o novo terminal de passageiros,

construído mais adiante, com entrada pela Avenida Centenário [...] (BARROS, 2006, p. 88).

Na linha de construção de infra-estrutura em curso ou desejada pelos administradores estaduais e municipais, encontrou-se notas na imprensa local que confirmam a informação de memória do cronista sobre a ampliação da pista e de sua pavimentação asfáltica. A notícia dá conta de que com a conclusão dos trabalhos, o aeroporto de Teresina passaria a receber aeronaves com maior capacidade de transportar passageiros e cargas. Sob o título de *Aeroporto de Teresina*, um cronista publicou nota sobre a modernização do aeroporto de 1961, onde destaca que

[...] prosseguem com ritmo intenso os trabalhos do nosso aeroporto que, segundo palavra oficial, em outubro deste ano, estará pronto e entregue ao tráfego dos mais pesados aviões. Já está sendo espalhado o asfalto, bem assim adiantadas as bases da grande pista, superior a mil metros de extensão. A Comarca trabalha com segurança e eficiência para dotar-nos de um grande campo de pouso à altura da capital piauiense, no setor aéreo de cargas e passageiros.³

Como se pode constatar, comparando os dois recortes, a inauguração da pista e da nova casa de passageiros realizou-se em janeiro de 1962, um pouco depois da previsão das autoridades locais, como informou o primeiro cronista.

Os recortes deixam perceber que havia um processo de modernização da administração estadual com a criação de empresas de economia mista, de um banco do estado, de melhoria da infra-estrutura básica. Neste caso a criação do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí e a ampliação da pista do aeroporto, na área de transportes de mercadoria e passageiros são emblemáticas. Pode-se dizer que estas ações visavam consolidar a integração do Piauí ao cenário nacional. O relato de um piauiense que nasceu em Corrente, cidade piauiense que fica na fronteira do Piauí com atual estado do Tocantins, é sintomático sobre as dificuldades de deslocamento em território do Piauí no início do período recortado por este artigo. Diz ele:

[...] Teresina, da qual tínhamos apenas vaga idéia, mais de ouvir dizer, já que o Piauí pouco frequentava as páginas dos jornais e revistas do centro-sul do País. Por outro lado, gente de Corrente, à época, como de resto, do extremo sul do Piauí, primeiro podia até conhecer Salvador, Recife, Goiânia, Rio de Janeiro ou São Paulo. Só depois, oxalá, tinha oportunidade de conhecer a capital de seu Estado. Não por ser chique, mas por absoluta falta de meios de transportes. (BARROS, 2006, p. 88)

Esta imagem de que Teresina era longe perdurou para a maioria da população do Piauí até a segunda metade da década de 1960, quando as rodovias federais que cortam o território

do Piauí começaram a ser asfaltadas. Wall Ferraz, em livro de memórias ao tratar das estradas que cortavam o Piauí relembra:

Em 1955, as estradas que iam para o sul do Estado só chegavam até Picos, com o agravante de que eram extremamente precárias, como também as que iam para Parnaíba. Estas estradas, construídas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, eram piçarradas e por isso poucos se aventuravam a manter contatos com a Capital.[...] Ônibus desconfortáveis e paus-de-araras improvisados trafegavam por essas estradas piçarradas, mal-acabadas, levando passageiros para as cidades próximas, como União, Altos, Campo Maior. E mais distantes como Parnaíba e Fortaleza. O asfalto só surgiria no final da década de 1960. (FERRAZ, 1992, p. 92).

É verdade que as estradas existiam, mas a poeira no período sem chuvas e a lama no período chuvoso dificultavam o deslocamento de pessoas e o transporte de mercadorias.

É preciso lembrar que em meados da década de 1950, Juscelino Kubitschek enviou ao Congresso Nacional mensagem e projeto de lei propondo a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Há no discurso do presidente o reconhecimento de que o desenvolvimento econômico e social em curso no Brasil se fazia de forma desigual e o quadro da região Nordeste merecia atenção especial. Região assolada periodicamente por estiagens, provocadas por chuvas irregulares ou falta delas, fato que determinava o deslocamento de trabalhadores do campo, em especial para as grandes cidades do país. Somando ao fenômeno climático, a estrutura fundiária onde predominava os latifúndios improdutivos era outro fator de expulsão do homem do campo. Não se pode esquecer, entretanto, que os trabalhadores rurais davam sinais de impaciência com o quadro de miséria experimentado cotidianamente, organizando-se nas Ligas Camponesas, por exemplo. Não menos importante neste cenário foi o sucesso da Revolução Cubana. A conjuntura parece ter sido relevante para o desencadeamento da criação da SUDENE.

Felipe Mendes relata que o novo órgão assumiu a responsabilidade de estudar e propor diretrizes que visassem diminuir as disparidades regionais, “[...] deveria supervisionar, coordenar e controlar a execução de projetos sob a responsabilidade de outros órgãos federais na região, e executar, diretamente ou mediante convênios, os projetos de desenvolvimento que fossem atribuídos” (MENDES, 2003, p. 201). Mas o Piauí não foi contemplado nos planos iniciais da SUDENE, foram excluídos os vales úmidos e o semi-árido do estado. “Os incentivos fiscais à industrialização do Nordeste excluíram as possibilidades do Piauí até mesmo nos grupos de indústrias de aproveitamento de matérias-primas e de indústrias tradicionais, predominantes no Estado” (MENDES, 2003, p. 205).

As dificuldades piauienses com o fornecimento de energia elétrica, falta de estradas e de lideranças nacionais deixaram o Piauí de fora dos primeiros projetos de desenvolvimento do Nordeste. Ainda na década de 1970 pode-se encontrar manifestações de ressentimentos de cronistas em relação à SUDENE, publicadas na imprensa de Teresina. O cronista em tela manifesta sua descrença na eficiência daquela instituição como motor do desenvolvimento regional, muito especialmente porque ela havia se orientado por critérios ideológicos e doutrinários:

mas notoriamente inoperante no sentido de realizações práticas, de alcance sobre a aflitiva conjuntura submetida, por definição de sua alçada. De 1964 para cá, é pacífico que aquela autarquia do Ministério do Interior entrou na fase da objetivação dos aprofundados estudos socioeconômicos [...]. Mas equacionou a problemática desenvolvimentista da região sob critérios ideológicos e doutrinários da integração nacional. Pode-se afirmar [...] que a obra da SUDENE teria sido perfeita se tivesse considerado a penúria, o pauperismo, o atraso que a ela foi chamada a eliminar e cuja erradicação vai bem adiantada [...].⁴

Mesmo considerando o lugar social e os interesses do cronista, a falta de infra-estrutura básica, em especial, de estradas e energia elétrica, como se disse antes, dificultaram a aprovação de projetos piauienses naquela instituição, criada para diminuir as disparidades regionais e que terminou por gerar disparidades intra-regionais. A partir da década de 1970, foram incluídas na programação de obras prioritárias a serem realizadas na região, a pavimentação, implantação e melhoria de estradas federais que cortavam o território do Piauí.⁵

Um articulista publicou texto no jornal *O Dia* chamando a atenção para as disparidades intra-regionais geradas pelos incentivos aprovados na SUDENE para estados vizinhos ao Piauí. Considera que estados como Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia foram aquinhoados com políticas especiais e, por esta razão, tinham avançado no caminho do progresso, enquanto isso o Piauí continuava pequeno.

Preocupa intimamente a todos aqueles que se dão ao trabalho de analisar a situação do Piauí, em relação aos demais estados da região [...] nordeste, certas dificuldades, a nosso ver, intransponíveis. É que, [...] se verifica uma diferença muito sensível na taxa de crescimento entre esta unidade da federação e os seus vizinhos Ceará e Pernambuco, isto para citar apenas estes dois. [...] o Piauí irá ficar como que ilhado, sem condições de se desenvolver, pois para ele não foi criada nenhuma política especial de desenvolvimento ou nenhum tratamento prioritário de assistência. Enquanto Estados como o Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia e outros que foram melhoramente aquinhoados na política assistencial-desenvolvimentista do governo, já conseguiram avançar na estrada progressista [...] nós permanecemos sem um tratamento especial, que nos possibilite avançar também, no acompanhamento dos

nossos irmãos do nordeste [...] Como ficará o Piauí pequenino, assim imprensado entre tantos gigantes, do ponto de vista econômico?⁶

É impossível não lembrar que a Universidade Federal do Piauí foi instalada oficialmente em março de 1971 e o governador na ocasião fosse João Clímaco d’Almeida, uma vez que Helvídio Nunes de Barros renunciara para concorrer a uma vaga no Senado. Mas a campanha pela instalação de uma universidade federal no Piauí começara muito antes. Ao historicizar o processo, Felipe Mendes destaca que em 1965, o governador Petrônio Portella solicitou ao Presidente da República a criação da Universidade Federal do Piauí. No mesmo ano, o Ministro da Educação manifestou-se através de exposição de motivos, mas com a posse de Costa e Silva, o processo foi devolvido para o Conselho Federal de Educação.

Em 10 de outubro de 1968, o Presidente Costa e Silva encaminhou ao Congresso a Mensagem nº 672, em que confirmava a solicitação do então governador Petrônio Portella, destacando ser o Piauí *um dos dois únicos Estados da Federação que ainda não possuem uma Universidade constituída*.⁷ (MENDES, 2003, p. 195, grifo do autor).

Helvídio Nunes de Barros governador do Piauí (1967-1970), em mensagem dirigida ao poder Executivo, ao tratar de Teresina avalia que a cidade era pequena, pessimamente iluminada, possuía um deficiente e precário serviço de abastecimento de d’água e não dispunha de asfalto, esgoto sanitário ou sistema de comunicação. O foco central do discurso continua sendo a pobreza representada por sua capital, Teresina, um retrato da pobreza e do atraso do Piauí. Naquela ocasião o governador denunciou na imprensa escrita local até a falta de produtos de primeira necessidade, como a carne e o café.

O discurso de Helvídio Nunes repete o discurso de Chagas Rodrigues em relação à capital do Piauí ao denunciar a pobreza do Piauí e a falta de instrumentos básicos (água, luz telefone, transporte coletivo, calçamento), especialmente nas áreas mais afastadas do centro de Teresina, muito embora o Brasil vivesse um momento de euforia, pois a economia cresceu de forma extraordinária e as taxas de inflação foram consideradas relativamente baixas.

O período compreendido entre 1969 e 1971 foi chamado de “milagre”. “O PIB cresceu na média anual, 11, 2%, tendo seu pico em 1973, com a variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. Isso parecia de fato um milagre” (FAUSTO, 1998, p. 485). Mas que de milagre não havia nada. Os tecnocratas que compunham a equipe de governo aproveitaram a conjuntura da economia mundial, “caracterizada pela ampla disponibilidade de recursos”.

Os governos brasileiros lançaram mão de empréstimos externos, mas ao lado dos empréstimos “cresceu o investimento de capital estrangeiro.”

[...] Houve também uma grande expansão do comércio exterior. A importação ampliada de determinados bens era necessária para sustentar o crescimento econômico. As exportações se diversificaram com os incentivos dados pelo governo à exportação de produtos industriais: créditos em condições favoráveis, isenção ou redução de tributos e outras medidas semelhantes. (FAUSTO, 1998, p. 485).

Voltando aos discursos de Helvídio Nunes e Chagas Rodrigues, o do primeiro indica que os sinais de dificuldades do Piauí, sejam elas econômicas, financeiras e sociais parecem não ter se modificado. Entretanto, Helvídio Nunes de Barros foi lembrado por Deoclécio Dantas como o governador que teve atuação discreta mais persistente em defesa da Barragem de Boa Esperança, por exemplo. “Durante sua administração, o Piauí investiu na construção de linhas de eletrificação nas principais cidades do Estado, preparando-se para receber, como de fato aconteceu, a energia [gerada na Usina de Boa Esperança]”,(DANTAS, 2001, p. 67) fato que acabava de vez com os apagões de todas as noites nas principais cidades piauienses, em virtude do desligamento das velhas usinas de geração de energia elétrica, movidas a lenha ou a óleo diesel.

Deliberadamente, ou não, os governadores que dirigiram o Piauí entre 1956 e 1970 esqueceram Dom Avelar Brandão Vilela, um alagoano que veio para o Piauí para orientar o rebanho católico e o fez de forma diferente do seu precedente, uma vez que se voltou para os pobres, mas foi um dos fundadores da Faculdade Católica de Filosofia

[...] apesar de ter que enfrentar muitas dificuldades para isto. Discutindo e exigindo da autoridade governamental, conseguiu a cessão de um prédio escolar na praça Saraiva e lá instalou a sua faculdade. Recrutou professores ilustres, como Clemente Fortes e o padre Raimundo José Aimorais, para dirigi-la. (FERRAZ, 1992, p. 100)

Na década de 1970, Teresina encontra-se entre as capitais brasileiras com elevadas taxas de crescimento populacional, em um cenário urbano recheado de problemas, contradições e desigualdades de ordem econômica e social. Pode-se listar entre as questões mais graves a falta de moradia ou a moradia em condições inadequadas, casas construídas às margens da estrada de ferro que cortava a cidade, às margens dos rios Poti e Parnaíba, no leito de ruas.

Muitas são as razões que sustentam a saída dos trabalhadores rurais do campo para a cidade. Eles sofrem muitas influências, dentre as quais Olavo Bacelar (BACELAR, 1980, p. 25) destaca o “atraso da agricultura tradicional” baseada na agricultura familiar e de

subsistência, em sua grande maioria não remunerada, sujeitas às intempéries do clima, irregularidade na distribuição das chuvas, com períodos prolongados de estiagens, aliados ainda à concentração de terras nas mãos de poucos, formando imensos latifúndios, o que dificultava o acesso à terra aos pequenos produtores, obrigando-os a trabalhar em sistemas agrícolas desfavoráveis para esses segmentos, comuns no sertão do Nordeste, nos quais os trabalhadores rurais utilizam a terra de terceiros para o cultivo e pagam com parte da produção, mingando ainda mais os escassos recursos do homem do campo.

Durval Venâncio da Silva, nascido em Cabeceira, zona rural do município de Timon no Maranhão, que migra para Teresina em 1976 revela alguns desses fatores:

O motivo foi o seguinte, nós trabalhava de agregado, aí foi o tempo que eu tomei conta de família, me casei, tinha os proprietários lá que eram muito bom o compadre Pedro, e aí ficou os herdeiros, aí com a mudança dos proprietários antigos, aí começaram a apresentar muitas exigências, muitas coisas. [...] mas aí a gente por desgosto, besteira mesmo, mudança de proprietário de terra, a minha irmã já tinha mudado pra cá, já tinha esse terreno, tinha essa menina que eu queria educar ela, botar ela pra estudar, e lá era difícil e aí eu botei ela pra cá, pra casa da minha irmã, aí visto a isso eu decidi mudar pra cá, eu, só eu, a mulher e a menina, então o pouco recurso que eu tinha, então enquanto eu acabe esse recurso que eu vou levando daqui pra lá, dá pra eu arranjar um emprego, e emprego nesse negócio de construção era fácil, emprego braçal era fácil e foi o que aconteceu, eu vim pra cá, botei a menina pra estudar, arranjei esse emprego na Lourival Parente e vou levando a vida pra frente. (SILVA, 2009)

O extrato de entrevista é rico de razões, mas a primeira delas tem como suporte a questão da terra. Durval da Silva não possui a terra, morava e trabalhava como “agregado”, fato que determinou sua transferência, que talvez tenha sido apressada em virtude das muitas exigências surgidas com a troca dos proprietários da terra onde morava. Uma razão que aparece em outras entrevistas é o desejo de ver a filha estudar, maneira de evitar que ela tivesse a mesma sorte dele (pai). Durval da Silva já havia transferido a filha para a casa de uma irmã. Aqui se encontra mais uma razão para a mudança, antes dele uma irmã já havia feito o mesmo percurso. No geral, o fato de ter um parente, um amigo que fez o caminho campo/cidade serve de estímulo. Durval, como muitos outros migrantes, criava animais, fato que o ajudou na transferência, uma vez que vendendo-os acumulou “recursos” empregados na sobrevivência até conseguir trabalho. Nosso narrador considera que trabalhar na construção civil, quando de sua transferência era “fácil”. A data indicada por ele permite-nos dizer que a construção civil tinha necessidade de mão de obra. Dirceu Arcoverde, governador do Piauí (1975-1979), desencadeou a construção de um grande conjunto habitacional, o Itararé, que, com a morte do já então senador Dirceu Arcoverde, recebeu o seu nome.

O Censo Demográfico de 1970 indica que a população urbana brasileira tinha ultrapassado pela primeira vez a população rural. O processo de industrialização, o rápido processo de urbanização em curso no país, somados ao formato da estrutura fundiária que imperava em todo o território, fato que, no geral, provocava péssimas condições de vida do homem no campo, foram apontados como os principais responsáveis pelo deslocamento de milhares de famílias para a zona urbana. O Piauí, acompanhando o que estava acontecendo em outras partes do país, teve crescimento de sua população urbana, mas o fenômeno concentrou-se nas principais cidades: Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos, cidades que concentravam 84,2% de toda a população urbana do estado. Acrescenta-se que os dados colhidos junto ao IBGE dão conta que o Piauí contava com apenas 32% da população vivendo nas cidades. (MARTINS, 2003, p. 174)

De acordo com as informações colhidas pelo IBGE a população de Teresina quase dobrou em relação à década anterior, passando de 98.329 para 181.071 habitantes. Constituiu-se em um processo bastante localizado e derivado não de uma urbanização autônoma, mas de um fenômeno de reflexo, como é o da migração campo-cidade. (MONTE, 2007)

O crescimento populacional desencadeia a expansão espacial de Teresina. Na década de 1960, a Prefeitura Municipal de Teresina contrata empresa para propor uma espécie de plano diretor. Concluído os trabalhos, o Plano Diretor da Prefeitura Municipal foi promulgado. Pode-se encontrar nele regras para orientar o crescimento da cidade. Pode-se citar como exemplo, uma área mínima para os lotes dos bairros da zona Leste, superior à dos bairros mais antigos da cidade. Estabelece também que o recuo para a construção de edificações seria maior, atraindo a população das camadas média-alta da sociedade teresinense. Sobre a expansão espacial da cidade, Arimatéa Tito Filho comenta:

Muitos dizem que Teresina tem sofrido mudanças notáveis em todos os aspectos. A cidade cresceu. Nascida com a igreja do Amparo – edificada entre dois rios – o Parnaíba e o Poti, a cidade atravessou o Poti, onde surgiram novos bairros, e caminha nesse sentido, acompanhando o asfalto, no rumo de outra cidade, Altos, a uns 40 quilômetros de distância. Em cento e vinte anos de existência, naturalmente que surgiram bairros por todos os cantos e recantos, praças, as ruas ficaram mais compridas para os duzentos e cinquenta mil viventes. (TITO FILHO, 2007, P. 205).

Pode-se perceber também a presença do Estado, “como indutor da dinâmica urbana”, nas esferas federal, estadual e municipal. No âmbito federal, vale destacar a criação do BNH, em 1964, priorizando, naquele contexto, a habitação como a mais importante política pública,

o que levou a construção de inúmeros conjuntos habitacionais e produz-se a expansão da malha urbana.

[...] em Teresina, entre os anos de 1966 e 1969, foram construídos cinco conjuntos habitacionais, com destaque para conjunto habitacional do Parque Piauí, com o total de 2.294 unidades, na zona Sul, que concentrava a maioria dos conjuntos, com exceção do conjunto Primavera I, localizada na zona Norte. (FAÇANHA, 1998, p. 184).

É neste quadro que as favelas começam a ganhar destaque em Teresina. A primeira delas a se constituir e que requereu uma atenção especial do poder público, foi a Favela COHEBE. “[...] Os seus primeiros habitantes começaram a se alojar naquela área em 1974. [...] Concomitantemente ao crescimento da favela COHEBE, outras foram se constituindo e tornando-se figuras presentes na cena urbana” (LIMA, 1990, p. 25). Apesar da política habitacional iniciada na década anterior, a oferta de casas chamadas populares era muito menor do que a demanda. A ocupação de terrenos da propriedade privada, de terras públicas, ruas, avenidas, ganhou grande dimensão e a imprensa escrita tratava do problema cotidianamente. O poder público chamado a intervir, agiu de forma truculenta contra os “sem teto”. No geral, a polícia agiu de forma violenta. Antonia Jesuíta de Lima pesquisadora do fenômeno urbano defende que “o fenômeno favela não era enfrentado como uma questão social, mas de polícia”. (LIMA, 1990)

A autora mencionada ao estudar as formas de vivências dos pobres urbanos de Teresina, na década de 1990, refletiu sobre a experiência migratória e constatou que os habitantes das favelas e vilas eram, majoritariamente, migrantes, vindos do interior do Piauí e de estados vizinhos, como Maranhão, Ceará e Pará. (LIMA, 2003, p. 194) O crescimento acelerado da população de Teresina determinou o agravamento dos problemas estruturais já existentes. Os novos moradores sem condições para alugar uma casa para morar ou adquirir a própria moradia, sem possuir laços com políticos clientelistas que facilitassem o acesso às casas que estavam sendo construídas e, neste caso, é preciso considerar que o número de habitações não era suficiente para atender a demanda, passam a ocupar terrenos inadequados para a moradia, seja pela localização às margens de lagoas e rios, leitos de ruas e avenidas já projetadas ou não, e como dissemos ainda há pouco, terrenos privados e terras públicas.

Assim, a imprensa escrita passa a discutir cotidianamente o agravamento dos problemas sociais que afetavam a população, seja pela falta de moradia, de emprego, seja pelas condições adequadas de atendimento aos doentes que chegavam à cidade. Mas são as

iniciativas governamentais que eram realçadas. Teresina recebe atenção especial dos governadores Alberto Tavares e Silva e Dirceu Mendes Arcoverde, causando certo desconforto aos prefeitos de outras cidades piauienses.

No início da década de 1970, Alberto Tavares e Silva, considerava que a imagem divulgada do Piauí e de sua capital, fora dos seus limites, era demolidora da alta estima dos piauienses, portanto era necessário modificá-la, promovendo intervenções estruturantes, no espaço urbano de Teresina, uma vez que sua condição de capital administrativa a transformava em porta de entrada, cartão de visita para os futuros empreendedores e turistas. Assim, dirigentes estaduais e municipais voltaram suas vistas para a abertura ou prolongamento e posteriormente à pavimentação de ruas, avenidas.

No final da década de 1950, o presidente da República, o Sr. Juscelino Kubisheck veio a Teresina para a inauguração do primeiro vão de concreto armado sobre o rio Poti, ponte que permitia, sem o emprego de pontão, a ligação entre a capital com o norte do estado e com uma área de Teresina ocupada por pequenas fazendas de criação de gado e quintas, sendo estas utilizadas por seus proprietários nos finais de semana para fugir do burburinho da cidade e do calor, uma marca de identidade de Teresina.

A partir do início da década de 1970 avoluma-se a construção de imagens na imprensa escrita de Teresina, indicando uma certa saudade da capital do Piauí de duas ou três décadas anteriores. O cronista Arimatéa Tito Filho numa crônica publicada em 1973 manifesta seu desagrado com a cidade que adquirira sinais desestruturadores daquela outra, que em sua opinião, era pacata e recatada:

Chegaria, porém, o chamado progresso físico, o asfalto, os aviões a jato, o comércio de prestações, os restaurantes sofisticados, o carro financiado, a casa do BNH, a televisão, o jornal moderno, a civilização da lancheira, o supermercado onde as matronas compram frango depenado. [...] Os bons cabarés da Paissandu desapareceram, substituídos por motéis e gramas de praças. [...] Hoje, vejo-a urbanizada de pombais, ou casinholas habitadas do êxodo interiorano; [...] vejo-a despudorada, meninas ricas sem roupa, por deboche, meninas pobres do mesmo jeito por miséria. [...] De trinta anos para cá a cidade mudou muito. Desespiritualizou-se. (TITO FILHO, 1973, p. 77)

A crônica de Arimatéa Tito Filho nos coloca as transformações de forma processual. No final do extrato recortado, propõe um recorte temporal que recua a meados da década de 1950, momento em que as transformações espaciais em Teresina ganham maior velocidade. Diferentemente dos governadores Francisco das Chagas Rodrigues e de Helvídio Nunes de Barros destaca as mudanças que afetaram não apenas o espaço urbano, mas o modo de viver,

de morar, de se divertir, muito especialmente dos teresinenses. O asfalto, por exemplo, chegou às ruas e avenidas de Teresina em 1968. Joel Ribeiro, engenheiro militar que atuava no 2º Batalhão de Engenharia e Construção relata o trabalho de cobertura com asfalto das ruas e avenidas que comandou

[...] Esse dinheiro era pra pavimentação asfáltica em Teresina. Então nós pegamos um trecho da Barão de Gurguéia, já ali naquela rampazinha onde passa, numa igreja, Nossa Senhora de Lurdes se eu não me engano, o que eu falhar aqui também vocês me perdoem, é um privilégio da idade. Nós subimos a Barão de Gurguéia, e chegamos à Joaquim Ribeiro, fizemos uma pista na Joaquim Ribeiro e não tinha ainda a avenida, tinha um calçamento ruim, como se fosse com uma pista só e levamos, chegamos na Miguel Rosa, entramos à esquerda, aí já eram duas pistas, fomos até o 25º Batalhão, e de lá seguimos com uma pista só até uma daquelas ruas, Alcides Freitas, nós vimos aí, nesses dias uma rua dessas, fomos sair na ponte Ferroviária, que era uma maneira de carros pesados que demandavam o Maranhão passarem em Teresina não naquele calçamento horroroso, arrebrandando tudo, e fiz o asfalto. (RIBEIRO, 2007).

Joel da Silva Ribeiro comandava a seção técnica do 2º BEC e, nesta condição, realizou a pavimentação asfáltica de ruas e avenidas que “cercavam” o centro de Teresina. Os recursos financeiros na ordem de 500 mil cruzeiros resultaram de transferência da SUDENE. Este serviço deveria garantir a melhoria do tráfego de caminhões pesados, oriundo da região sul, que demandava a ponte metálica João Luis Ferreira, com destino ao Maranhão. “Esta grande obra de pavimentação foi realizada com areia-asfalto quente, produzida na usina instalada em Demerval Lobão (PI). Essa usina, denominada de Barber - Greene, foi conquistada com base em acordo militar Brasil - Estados Unidos - Aliança para o Progresso”.⁸

O 2º BEC estava asfaltando a rodovia que liga Teresina a Picos/PI, cidade que fica na região sul do estado, caminho que leva os viajantes também para o estado de Pernambuco. A usina foi instalada em Demerval Lobão/PI, cidade localizada ao sul de Teresina, fato que facilitou o trabalho de pavimentação das principais ruas do centro da cidade. “Com os mesmos recursos, foram pavimentadas a rua Rui Barbosa, da Avenida Joaquim Ribeiro até à Félix Pacheco; Rua Félix Pacheco, entre Rui Barbosa e Barroso; Rua Barroso, entre Félix Pacheco e Joaquim Ribeiro; e Rua São Pedro, entre Rui Barbosa e imediações da Avenida Maranhão”.⁹

As três primeiras emissoras de rádio localizadas em Teresina são das décadas de 1950 e 1960, a primeira estação de TV da cidade é do início da década de 1970, mas as primeiras imagens foram veiculadas pela TV – Maranhão como registra Maria Lindalva Silva Santos:

A torre de repetição da TV Difusora foi instalada em agosto de 1968 na cidade maranhense de Timon, atendendo a interesses políticos do Grupo Bacelar naquele município. No jornal *O Dia*, a coincidência com o mês de aniversário de Teresina levou o acontecimento a ser apresentado como um presente ofertado à cidade pela passagem dos seus 116 anos de fundação. Essa experiência televisiva trouxe ao teresinense a possibilidade de visualizar o mundo inteiro sem sair de casa, gerou expectativas e animou a muitos, especialmente, a empresários interessados em explorar comercialmente a nova tecnologia. Contudo, essa fase inicial de euforia foi esfriada pela irregularidade das transmissões e pela péssima qualidade do sinal da TV maranhense [...]. (SANTOS, 2010).

Os interesses políticos – partidários de um grupo político do vizinho estado motivaram a instalação de uma torre repetidora dos sinais da TV maranhense em Timon, cidade separada de Teresina pelo rio Parnaíba. A localização da torre repetidora terminou por permitir que o sinal fosse capturado em Teresina, isso depois de intensas negociações. Mas a qualidade da transmissão era muito ruim, fato que deu munição para os jornalistas que atuavam em Teresina apontam suas canetas e máquinas de escrever, denunciando o fato. Uma matéria publicada no *Jornal do Piauí* indica o formato da denúncia “Um desses elementos que vê em tudo maldade diria não faz muito, que a TV do Maranhão é como igreja protestante, NÃO TEM IMAGEM. Não aduzimos nada apenas passamos aos leitores o assunto”.¹⁰ (grifo do autor) As repetidas interrupções do sinal que chegava à casa dos consumidores, o eterno ‘chuveiro’, filmes repetidos podem ser tomados como indicadores da qualidade de TV que os teresinenses consumiam.

Deusdeth Nunes, jornalista cearense, radicado em Teresina, mais conhecido pelo apelido Garrincha, atuou no rádio, no jornal, na TV e era funcionário do Banco do Brasil. Na *Folha da Mãe Ana* escreveu sobre o cotidiano da cidade e as transmissões da TV não foram esquecidas: “Quereis dar um grande desgosto a vossa sogra? Presentei-a com um aparelho televisor”.¹¹ Como se disse antes, as transmissões da TV Maranhão eram muito ruins, então presentear a sogra com um aparelho de TV seria motivo para irritá-la. Antes da inauguração do canal de TV nascido no Piauí, as imagens da TV Ceará chegaram ao território piauiense, através da região Norte e com o apoio de Alberto Tavares Silva. Assim grupos políticos que atuavam no Piauí disputavam entre si a primazia de ter trazido imagens de TV para Teresina, seja do Maranhão, seja do Ceará.

Em 1972, a TV Clube recebeu a liberação para o funcionamento do canal, sendo oficialmente inaugurada. O evento foi registrado com euforia nas páginas dos jornais que circulavam em Teresina. Nelas, jornalistas e políticos se desdobraram para destacar a relevância da inauguração do canal de TV nascido no Piauí. A imprensa escrita e televisiva tomaram Valter Alencar, o idealizador da primeira TV do Piauí, como grande nome do

empreendimento. Mas as disputas entre as tendências políticas com maior visibilidade no Piauí também ganharam as páginas dos jornais, visando destacar cada uma, a seu modo, à participação na construção da memória da televisão no Piauí. Pode-se lembrar o esforço que os auxiliares do governador Alberto Silva fizeram para marcar o nome do administrador do estado no processo de instalação da primeira emissora de TV. A assessoria do governador através de releases informou aos principais jornais da cidade que o chefe do Executivo havia recebido várias mensagens de felicitações pela inauguração da TV Clube de Teresina, informava ainda que em regozijo pelo acontecimento, o chefe do Executivo estadual homenagearia o presidente e demais diretores da primeira emissora de televisão do Piauí.¹²

No dia seguinte, o mesmo jornal reforça a participação do governador naquela empreitada, dando a Alberto Tavares Silva um lugar de destaque, o de ter trazido para Teresina o documento que autorizava o funcionamento da TV Clube. Trazer em mãos um documento que autorizava de forma definitiva é tomado como um ato relevante. O próprio governador ao entregar o certificado de funcionamento para Walter Alencar, aproveitou a oportunidade para destacar a participação do Executivo na implantação da televisão, que tinha se transformado numa guerra surda entre os adversários de maior destaque no Piauí. Alberto Silva defendeu naquela oportunidade que a implantação da televisão poderia contribuir para o desenvolvimento do estado.¹³ Daí a dois dias o jornal *O Dia* publica uma matéria na qual o articulista, mesmo sem citar de forma direta o papel de Walter Alencar como articulador da implantação da TV Clube, grafa expressões que serão lembradas tais como: luta, frutificação, idealismo, todas coladas à pessoa do idealizador da TV Clube:

A TV Rádio Clube que, embora ligada nas suas matrizes e na sua execução ao nome de homem empreendedor – Walter Alencar – é hoje um patrimônio de todos os que têm nela um veículo de difusão de sua cultura, de seu trabalho e de sua capacidade criadora.¹⁴

Os primeiros anos de funcionamento da TV foram se passando e os problemas estruturais da empresa começaram a afetar de forma direta a sua relação com o público. Apesar de ter importado mão de obra do vizinho estado do Ceará, neste campo havia problemas. Os profissionais locais vinham do rádio, sem experiência de TV, depois a empresa tinha origem no núcleo familiar e ao que tudo indica o idealizador da emissora também estava aprendendo a fazer, fazendo. A emissora “sofria com a indefinição de conteúdo, falta de estrutura e de experiência de produção, carência de recursos e descompasso entre uma administração idealista e as exigências da lógica do mercado”. (SANTOS, 2010).

Os problemas eram muitos e variados, mas um deles e provavelmente o mais grave estava relacionado ao faturamento da emissora, os empresários piauienses não tinham “descoberto” o poder da mídia televisiva, a publicidade não gerava os recursos financeiros que a emissora necessitava para propor uma boa grade de programação. Este conjunto de problemas foi determinante para a filiação da TV Clube ao sistema Globo de televisão, fato que pôs fim a maioria dos programas produzidos em nível local.

Uma obra estruturante ganhou espaço nas páginas dos principais jornais que circulavam em Teresina, trata-se daquilo que um articulista chamou de Terminal de Petróleo, tida na época como uma das maiores obras do Estado “[...] nos últimos anos e que se destina a distribuir combustíveis derivados de petróleo ao Piauí e partes do Maranhão, Bahia Pernambuco e Ceará”.¹⁵ Um dos ganhos do Piauí com o Terminal de Petróleo seria a queda dos preços dos combustíveis em aproximadamente 11%. A receita do Estado receberia mais 25 milhões de cruzeiros, resultado de transferência do Fundo Rodoviário Nacional. O dinheiro circulante no território piauiense seria aumentado em aproximadamente 16 milhões de cruzeiros. Inicialmente esses números podem fazer parte de projeções, não se pode negar, entretanto que a construção de depósito de combustíveis e de um grande pátio de manobras de trens fora do eixo central transformou Teresina em um centro regional de distribuição de combustíveis. Sendo determinante para o fim do abastecimento dos postos de distribuição de combustíveis através de caminhões que traziam os derivados de petróleo (gasolina e óleo diesel) de São Luís ou Fortaleza.

Entre as obras tidas de fachadas podem ser contabilizadas o estádio de futebol que recebeu o nome de Albertão, homenagem prestada ao governador Alberto Tavares Silva. A construção de um grande estádio de futebol com a capacidade de 60 mil pessoas, visava inserir o Piauí no cenário futebolístico nacional, trazendo para Teresina jogos do campeonato nacional de futebol. Presume-se que a construção do estádio tenha relação também com o entusiasmo gerado pela conquista do tricampeonato mundial na copa de 1970, no México. Naquela oportunidade foram construídos vários estádios pelo Brasil a fora: “Castelão” em Fortaleza, Estádio de Itabuana na Bahia, “Mineirão” em Belo Horizonte, “Pinheirão no Paraná, “Trapichão em Alagoas”, “Tartarugão” em Manaus, entre outros.¹⁶

Teresina possuía um pequeno estádio de futebol de propriedade do município, Lindolfo Monteiro, construído na década de 1930. Tido como acanhado, não comportava mais as torcidas dos principais clubes de futebol em dia de clássico. Os cronistas esportivos incentivam através da imprensa a construção de um novo estádio de futebol. A construção da nova praça esportiva não foi aprovada por todos os formadores de opinião e os adversários

políticos diziam que a obra era um “sonho louco” do governador. Um articulista, que publicou no jornal *O Dia*, julgava que a obra, levando em conta as necessidades prementes do Piauí, educação, saúde, fornecimento de energia elétrica, abastecimento d’água, não era prioridade. Julgava o articulista que os dois milhões de cruzeiros gastos na fase inicial da construção com a elaboração do projeto, aquisição do terreno e terraplenagem daria para construir redes de distribuição elétrica em 50 municípios.¹⁷ Um estádio para 60 mil pessoas numa cidade de 250 mil habitantes era um desperdício. Os recursos financeiros deveriam ter sido aplicados nas reais necessidades da população teresinense.¹⁸

Na medida em que a obra caminhava para a data de inauguração, entretanto, o discurso foi mudando: dizia-se que o governador tinha sido o único a acreditar que a obra estaria pronta para a partida entre Fluminense e Tiradentes, jogo de abertura do campeonato nacional de futebol para o clube do Piauí. Dizia-se agora que o novo estádio seria uma “obra que ficará para a posteridade”.¹⁹

No campo das obras de fachada foram realizadas reformas nas principais praças de Teresina: a Marechal Deodoro, mais conhecida como Parque da Bandeira, que teve as passarelas calçadas com lajota e em pedras portuguesas, os canteiros receberam nova grama, algumas das pistas de passeio foram asfaltadas, o seu entorno também recebeu cobertura asfáltica, além de ter recebido gradis. A justificativa para o cercamento da praça foi a segurança dos frequentadores. Visava-se com a medida oferecer aos teresinenses que transitavam pelo lugar, um local de lazer tranquilo e livre dos transtornos e perigos do tráfico de veículos. Presume-se, entretanto que a medida visava fundamentalmente afastar das imediações da praça os vendedores de frutas e verduras que haviam ocupado uma parte do espaço interno da praça.

A Praça Pedro II tinha sido o centro do *glamour* de Teresina nas décadas de 1940 e 1950. Em suas proximidades havia funcionado o Cine São Luis. No período aqui estudado, as portas deste cine tinham sido cerradas, estava em pleno funcionamento o Cine Rex e o Teatro 4 de Setembro, que, apesar do nome, também funcionava como casa de cinema, arrendado que fora pelo governo do Estado. Ao lado do Teatro foi construído para o Centenário de Teresina o Bar Carnaúba, recinto que recebia os boêmios, bem como os aficionados por um carteado. Na década de 1970 já era considerado por Arimatéa Tito Filho como um ambiente decadente.

A reforma e modernização do Hotel Piauí e do Palácio de Karnak, este sede do executivo estadual, também estavam inseridas na política de implantação de uma infraestrutura para o turismo, que visava a preparação da cidade para vender uma boa imagem.

Aumentava-se a necessidade de um hotel de referência no Estado, com acomodações modernas e adequadas aos novos modelos de hotelaria. A reforma do Hotel Piauí foi projetada pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi, cabendo à construtora Lourival Parente realizá-la. A obra estava centrada nos ditames de conforto, qualidade e dimensões de grandeza, inclusive com a construção de uma piscina suspensa. Ainda no governo de Alberto Silva, o hotel foi vendido a uma empresa de Recife. Hoje é o atual Luxor Hotel.

O projeto elaborado para o Palácio de Karnak propunha que passasse por profundas reformas, conservando a majestade de suas linhas e seu harmonioso corpo arquitetônico. Em mensagem dirigida ao Legislativo, o governador avaliou que a sede do executivo, um dos símbolos da presença do poder público no Piauí “[...] retrata a regressão e a decadência, deteriorada a dignidade de suas linhas deformadas [...] passando a imagem de penúria e ineficiência”.²⁰ É perceptível a preocupação do governador de construir uma imagem do Piauí e de Teresina diferente daquela de pobreza e miséria. Essa construção passava também pela preocupação com a sede do poder Executivo. As linhas arquitetônicas do Palácio de Karnak demonstravam sobriedade, mas aparentavam decadência, então era necessário adequá-lo para o novo Piauí.

A Avenida Frei Serafim foi totalmente reformada, mantendo-se, entretanto, sua arborização constituída fundamentalmente de oitizeiros. Foram construídos 4.500 metros de jardins, que dividiam espaços com calçadas recobertas por mosaico português em preto e branco, possibilitando a passagem de pedestres, que contava com uma sinalização adequada. Ao longo do canteiro central da avenida foram construídas cinco fontes, que ficaram conhecidas pelos teresinenses por “fontes lumisosas”. Tais fontes tinham a intenção de climatizar todo o trajeto daquele passeio e para conseguir este objetivo, no final da tarde, jatos de água jorravam no sentido vertical e eram iluminados, promovendo um fascinante espetáculo. Para a iluminação do conjunto urbanístico foram empregadas lâmpadas de vapor de mercúrio e a principal Avenida de Teresina foi transformada num palco iluminado que afetava a população da capital pelo jogo de luzes e cores. As pistas de rolamento receberam cobertura de asfalto.

As intervenções arquitetônicas realizadas, muito especialmente no centro de Teresina, mudaram as feições da capital do Piauí, mas o governador do Piauí da primeira metade da década de 1970 soube como poucos tomar a imprensa, seja ela escrita, seja a radiofônica, seja a televisiva, como aliada. Antes mesmo de iniciar as atividades como governador teve matéria publicada num jornal diário, expondo os seus planos em relação à Teresina. Dizia o governador que pretendia mudar as feições urbanísticas da capital do Piauí, motivo de galhofa

na imprensa nacional. Dizia o governador que visava colocar Teresina em primeiro plano, transformando-a numa cidade bonita, moderna, atraente e habitável. “Já sentimos algo de novo, as ruas da cidade respiram ares de motivação e otimismo, as chacotas pararam no Sul do país [...] na certeza que será, em poucos anos, uma das capitais mais bonitas do Nordeste”.²¹

Os discursos originados no Executivo estadual tinham a intenção de persuadir os leitores de que a equipe de governo, tendo à frente o próprio governador, sabia como transformar a imagem negativa construída sobre o Piauí e sobre sua capital. A imagem negativa deveria ser desconstruída através de obras urbanísticas projetadas por técnicos competentes. Mesmo antes de assumir o cargo, Alberto Silva já tinha montada sua equipe e elaborado um “Plano de Metas” para o quadriênio. A divulgação da composição da equipe repercutiu na imprensa, como pode ser constatado nas estrofes abaixo:

Vai acabar a época do choro
E também o eterno sofrimento.
Com a equipe do ‘Chapéu de Couro’
Vamos marchar para o desenvolvimento.

São promessas do nosso Governador
E de sua equipe do ‘Chapéu de couro’
Bom engenheiro, honesto e trabalhador.
Suas METAS são para nós um estouro!

O Piauí que estava dormindo
Quando Alberto aqui chegou.
Acordou cantando e sorrindo
Pelo bom presente que ganhou!²²

Mesmo considerando que o articulista fazia parte do grupamento político do governador e o fato do governador ter apresentado uma equipe de governo recheada de técnicos, considerando também que o chefe do executivo era um engenheiro relativamente conhecido no Piauí e Ceará, a proposta de construção de uma imagem positiva tinha surtido efeito. A pretensão de construir a imagem de um governador trabalhador que comandava sua equipe, honesto, empreendedor, visava incutir no imaginário dos leitores a capacidade do governo de construir e dirigir o projeto de desenvolvimento social e econômico do Piauí, este deveria ser visto como novo e caminhando a passos céleres para o progresso.

Pretendeu-se construir uma imagem, muitas vezes, associada ao grande redentor do Piauí. A propaganda, o apoio de segmentos da elite intelectual que atuava na imprensa, tudo isso somado à certa facilidade de transferência de recursos financeiros do governo federal

para o Estado, determinaram a construção de um “mito político”. Alberto Silva passou a ser visto, muito especialmente pelos segmentos sociais beneficiados de alguma forma com novas oportunidades surgidas durante o seu mandato, como o governante capaz de soerguer o estado e tirá-lo da posição desfavorável em que se encontrava.

Com a implantação do regime autoritário de 1964, foram retomadas práticas de propagandas muito comuns durante o Estado Novo. Os governantes aproveitavam-se de datas comemorativas como o aniversário de Teresina, 16 de agosto. Criou-se outras, como a do aniversário da administração estadual, da implantação da “Revolução de 1964”, para preencher as páginas dos jornais com imagens da cidade e das obras que estavam sendo tocadas ou já inauguradas. Eram publicados cadernos especiais divulgando os feitos do governo, mas os empresários da imprensa recebiam pelo “apoio” ao governo. O progresso do Piauí e de sua capital e o papel do governador na condução deste processo custava caro aos contribuintes.

Na matéria abaixo podemos observar essa relação feita entre as transformações na cidade e a ação do governador, publicada no aniversário da capital.

Aos 122 anos Teresina já passou da fase de menina-moça como foi chamada puerilmente por poetas de inspiração barroca [...] antigamente cidadezinha pacata de ruas mal iluminadas, hoje a capital do Piauí é pujança e predestinação para atingir um nível cada vez mais elevado de metrópole. [...] antes do governo do engenheiro Alberto Silva a cidade aparecia ainda tímida e com traçado rural. As ruas geralmente desprovidas de asfalto, apresentavam ainda típicas ‘bodegas’ do interior [...] Teresina é uma cidade que cresce nova.²³

Apesar da massiva propaganda promovida pelo governo do estado, as ações deste são questionadas por jornais pertencentes aos adversários do governador. Semanários como o *Estado do Piauí* e o *Correio do Povo*, este o único jornal tido de esquerda e dirigido pelo deputado Nogueira Filho, do MDB, dirigiram suas metralhadoras para a forma de escolha dos membros da equipe de governo, majoritariamente de fora do Estado, o que provocou a desconfiança de segmentos sociais preteridos. Estão em jogo interesses contrariados. Obras como o estádio Albertão e a reforma do Hotel Piauí foram criticadas, não tanto por elas, mas pelo volume de recursos aplicados, como pode ser visto no comentário do jornalista Tito Filho: “Nunca vi que construção de estádio e de hotel caracterizasse DESENVOLVIMENTO. Só aqui”.²⁴ (grifo do autor) Os gastos com a manutenção da máquina pública também foram motivos de questionamento.

Tomo aqui uma opinião interessante de Clovis Rossi sobre a imprensa para finalizar o texto. Diz ele que os empresários das comunicações, os comunicadores, os técnicos de imagens e sons “[...] desenvolvem cotidianamente uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores e ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida [em alguns casos] de imagens”. (ROSSI, 1981) No caso do Piauí, depois do golpe de 1964, os jornais escritos passam por um processo de modernização de suas gráficas, como se demonstrou no corpo do texto, implantou-se a primeira emissora de TV e com as dificuldades de implantação, o apoio do governo foi fundamental. Em contrapartida, todos os dias era levado ao ar um programa com as atividades do governo. O autor ainda pouco mencionado acrescenta

[...] Mas [é ainda] uma batalha [...] importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa. (ROSSI, 1981)

NOTAS

¹ Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, nasceu em Parnaíba, era advogado formado em São Paulo, em 1945, tendo antes estudado na faculdade de Recife. Participa do movimento estudantil em Recife e São Paulo, na fase de redemocratização. Procurador concursado do Ministério da Fazenda passa a residir no Rio de Janeiro, onde se torna também advogado do SESI (Serviço Social da Indústria). Casado com a filha do industrial José de Moraes Correia, aos 28 anos, em 1950, com apoio do sogro e defendendo claramente interesses industrializantes, foi eleito deputado federal pela UDN; transferiu-se para o PTB, em 1954, tendo sido reeleito deputado federal. Aos 36 anos se tornou candidato a governador e foi vitorioso nas eleições de 1958.

² JORNAL ESTADO DO PIAUÍ. Teresina, n. 331, 16 abr. 1961. p. 1.

³ AEROPORTO de Teresina. *Estado do Piauí*, Teresina, 25 jun. 1961. p. 3.

⁴ O DIA. Teresina, n. 3039, 10 jul. 1970. p. 5.

⁵ Sobre as ações da SUDENE no Piauí ver: MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

⁶ NEGREIROS, Sebastião. Como ficará o Piauí. *O Dia*, Teresina, n. 3033, 3 jul. 1970. p. 3.

⁷ MENDES, 2003, p. 195.

⁸ DANTAS, Deoclécio. Um grande prefeito. *Diário do Povo*, Teresina, 18 ago. 2010. p. 2.

⁹ DANTAS, 2010, p. 2.

¹⁰ A TV E A IMAGEM. *Jornal do Piauí*, Teresina, n. 1928, 29 out. 1968. p. 1.

¹¹ FOLHA DA MÃE ANA. *O Dia*, Teresina, n. 2839, 27 out. 1969. p. 4.

¹² O DIA. Teresina, n. 3.484, 2 dez. 1972. p. 8.

¹³ O DIA. Teresina, n. 3.485, 3 dez. 1972. p. 8.

¹⁴ O DIA, Teresina, n. 3486, 5 dez. 1972. p. 3.

¹⁵ O LIBERAL. Teresina, 7 abr. 1975. p. 6.

¹⁶ MAIS RECURSOS para “Castelão”. *O Dia*, Teresina, n. 3.659, 5 jul. 1973. p. 3. HOJE inauguração do Estádio de Itabuana, na Bahia. *O Dia*, Teresina, 28 jul. 1973. p. 11. Caderno Dois. GOVERNO Paraense garante “Pinheirão”. *O Dia*, Teresina, ano 20, n. 3.058, 1 ago. 1970. p. 6; ESTÁDIO em Alagoas. *O Dia*, Teresina, ano 20, n. 3.069, 14 ago. 1970. p. 6; MONTE, Regianny Lima. *Teresina sob os anos de chumbo: as interfaces de uma modernização autoritária e excludente*. 2007. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

¹⁷ REVISTA de Domingo. *O Dia*, Teresina, 27 fev. 1972.

¹⁸ REVISTA..., 1972.

¹⁹ REVISTA..., 1972.

²⁰ PIAUÍ, 1975, p. 10.

²¹ ALBERTO: chegou a vez de Teresina. *O Estado*, Teresina, ano 20, s/n, 14 ago. 1971. p. 7.

²² FOLHA da Mãe Ana: “A marchinha do chapéu de couro”. *O Dia*, Teresina, n. 3260. 4/5 abr. 1971. p. 8, Cad. 2.

²³ TERESINA, 122 anos de fundação, hoje. *O Dia*, Teresina, n. 3984. 16 ago. 1974. p. 3, Cad. Especial.

²⁴ TITO FILHO, Arimatéia. Caderno de Anotações. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.522, 1/2 jan. 1972. p. 2.